
EDITORIAL

A Revista Diálogo Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, tem a satisfação acadêmica de apresentar, neste dossiê, uma discussão sobre o tema Reforma Universitária Brasileira, inserido em um contexto histórico Nacional e Internacional, com artigos de diversos autores atuantes nesta polêmica relacionada à Política Pública e Gestão da Educação Superior.

O nosso objetivo foi discutir a Reforma Universitária engendrada na Política Educacional em diversas abordagens teórico-metodológicas, pois assim podemos entender o tema em sua totalidade, sem valorizá-lo ou criticá-lo em uma perspectiva fragmentada e sem fundamentação teórica consistente.

Ao elaborarmos esta proposta, tivemos como um dos princípios norteadores de análise dois conceitos: o de trabalho e o de educação, pois é no próprio homem e, em seu ato fundamental de trabalho, que se potencializa o caminho da humanização. Sabe-se que o trabalho é considerado uma ação transformadora da realidade, numa resposta aos desafios da natureza, onde se engendra numa relação dialética entre teoria e prática. Percebe-se que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, alternando sua consciência do outro e sua consciência de si mesmo. Com o trabalho, o homem se afirma e se nega. Aliena-se e liberta-se.

Segundo Dermeval Saviani (1994)¹, a educação coincide com a própria existência humana, pois as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. Na medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida, é que ele se constitui propriamente enquanto homem, e isto faz com que a vida seja determinada pelo modo como ele produz a sua existência.

Curiosamente, neste início de novo Milênio, há certa moda 'ideológica' que enfatiza e tenta nos convencer de que estaríamos nos tempos dos fins: dos fins da história, do "trabalho", da "ciência", da "educação". O "mercado" parece ter sido um dos únicos conceitos bem-sucedidos, e ou efficientíssimo, pois ninguém parece ter coragem de sepultá-lo ou mesmo de antever a possibilidade de sua morte, muito pelo contrário, reforçamos seus ditames em todos os mais, com o acirramento da concentração de renda e das novas formas de exploração, que trazem como conseqüências imediatas a exclusão social e todas as "novas" formas de perversidades educacionais.

¹ SAVIANI, Dermeval. O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Inserida neste caos histórico, econômico e social deste novo século está a Política Educacional que (des)orienta o Ensino Superior. Nesse sentido, faz-se mister discutir com seriedade e cientificidade a Reforma Universitária nesta perspectiva econômica neoliberal do terceiro milênio, que tem no Ensino Superior as marcas das diretrizes das Políticas Públicas norteadas explicitamente pelo Banco Mundial, BIRD e UNESCO.

Abrindo a discussão, temos o texto do Professor do PPGE da UFS-Car, João dos Reis da Silva Junior, intitulado A Planetarização da Cultura do Capital e a Racionalidade das Reformas da Educação. Dando continuidade a esta análise, temos o debate sobre Reformas da Educação Superior no Chile, Brasil e em Portugal, escrito pelo Professor do PPGE da USP-SP, Afrânio Catani, e seus colegas Juan Carlos Campbell Esquivel, docente da Pontificia Universidad Católica de Valparaiso no Chile, e Renato de Souza Porto Gilioli, doutorando do FFLCH da USP. Discutindo a Política Pública na Gestão da Educação Superior da América Latina, tendo como objeto de análise os documentos elaborados pela UNESCO, temos o artigo das Professoras do PPGE da UCDB, Mato Grosso do Sul, Margarita Rodrigues e Liliana Gonzaga Marins. Na seqüência, a doutoranda do Instituto de Economia da UNICAMP, Cristina Helena Almeida de Carvalho nos brinda com o artigo Agenda Neoliberal e a Política Pública para o Ensino Superior nos anos 90. A Professora do PPGE da UERJ, Deise Mancebo, dá continuidade à contribuição de Cristina com o texto Reforma da Educação Superior no Brasil: Análises sobre a Transnacionalização e Privatização. A Professora Elizabeth M. Aguiar Pereira, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas do Ensino Superior da FE da UNICAMP, continua a análise, iniciada por Mancebo, da Terceira Versão do Projeto da Reforma Universitária do Governo Lula da Silva. A Professora Malu Almeida, GEPES - UNICAMP e Paulo Marcos da Silva, Mestrando da USO em Filosofia, contextualizam historicamente as causas e as conseqüências dessa Política Educacional do Ensino Superior Público na 'des-construção', 'des-valorização' e mercantilização da Pesquisa Acadêmica. Na seqüência, a Professora Ronalda Barreto, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, e o Professor Wagner José, da Universidade Estadual de Santa Cruz, UFSC, ilustram o debate realizado por Malu, com o texto O Impacto da Reforma Universitária nas IES Baianas. Finalizando, temos o artigo dos Professores José Carlos Rothen e Almiro Schulz, do PPGE do Triângulo Mineiro, discutindo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. No seguimento diversificado desta revista, constam dos seguintes textos: Doutorado em Educação: Significado e Perspectivas, de Dermeval Saviani; A Formação Inicial e Continuada dos Professores de Adolescentes: os Adolescentes Existem?, de Analise de Jesus da Silva; Políticas e Gestão da Educação: uma Análise da Trajetória da Pesquisa, de Ana

Maria Eyng, Maria Lourdes Gisi e Romilda Teodora Ens. O Ensino Técnico-Profissionalizante no Paraná na Década de 1960, de Vanessa Melo do Nascimento e Maria Elisabeth Blanck Miguel; Retrospecto sobre a Educação Brasileira, de Rosa Lydia Teixeira Corrêa.

É importante salientar que a ciência, enquanto atividade humana, não pode renegar seu caráter histórico de práxis libertadora ou de alienação utilitária, em que estaria a serviço da acumulação do capital. A idéia de “ciência una” nos possibilita pensar as atividades científicas das mais diversas ‘especialidades’ como um fazer integrado historicamente, quer para maximizar os lucros do capital ou para contribuir no sentido de liberar o “gênero humano”, que nas condições atuais do capitalismo significaria contribuir no sentido da luta pela emancipação da classe trabalhadora. Portanto, nenhum saber é neutro, mesmo quando sua aplicação restringe o mais ínfimo dos aperfeiçoamentos de uma máquina. Tanto o saber como as máquinas estão inseridos num contexto histórico e econômico cuja compreensão nos revela as suas implicações históricas.

P/ Conselho Editorial

Prof. Dr. Lindomar Wessler Boneti

PPGE/PUCPR

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida

GEPES/UNICAMP

GEPEH/USP/ESALQ